



## POTENCIAL TURÍSTICO, CONFLITOS E PLANEJAMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ – AL

Jéssica Patrícia da Conceição<sup>1</sup> - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5487-370X>

Domingos Sávio Corrêa<sup>2</sup> - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0320-3666>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió, AL, Brasil \*

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió, AL, Brasil \*\*

*Artigo recebido em 25/09/2022 e aceito em 25/08/2023*

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as potencialidades turísticas, os conflitos e a necessidade de planejamento do turismo de base comunitária na Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no município de Jequiá da Praia, Alagoas, visando o desenvolvimento local e a melhoria na qualidade de vida da população extrativista. Este é um estudo exploratório, de cunho qualitativo e viés descritivo. Para a sua construção foram utilizadas técnicas como a entrevista em profundidade com representantes das comunidades extrativistas, observação direta e pesquisa documental. Os resultados parciais desta pesquisa indicam que a reserva extrativista possui recursos com potencial turístico e a comunidade extrativista tem interesse no planejamento do turismo de base comunitária. Apesar dos conflitos existentes no território, os extrativistas acreditam que tal atividade pode contribuir de forma positiva para o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** turismo; unidades de conservação; desenvolvimento local.

### TOURISM POTENTIAL, CONFLICTS AND PLANNING OF COMMUNITY-BASED TOURISM IN THE MARINE EXTRACTIVE RESERVE OF THE LAGOA DO JEQUIÁ - AL

#### ABSTRACT

This article aims to analyze the tourist potential, conflicts and the need for planning of community-based tourism in the Extractive Marine Reserve of Jequiá Lagoon, in the city of Jequiá da Praia, Alagoas, seeking local development and improvement in the quality of life of the extractivist population. This is an exploratory study, qualitative in nature, with a descriptive bias. For its construction, techniques such as in-depth interviews with representatives of the extractive communities, direct observation, and documentary research were used. The partial results of this research indicate that the extractive reserve

\* Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, E-mail: [jessica23patricia@gmail.com](mailto:jessica23patricia@gmail.com)

\*\*Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, líder do Laboratório de Estudos sobre o Desenvolvimento e a Mundialização do Capital – LDMCA. E-mail: [domingos.correa@igdema.ufal.br](mailto:domingos.correa@igdema.ufal.br)

has resources with tourism potential and the extractive community is interested in planning community-based tourism. Despite the existing conflicts in the territory, the extractivists believe that such activity can contribute positively to local development.

**Keyword:** tourism; conservation units; local development.

## **POTENCIAL TURÍSTICO, CONFLICTOS Y PLANIFICACIÓN DEL TURISMO COMUNITARIO EN LA RESERVA MARINA EXTRACTIVA DE LA LAGOA DO JEQUIÁ – AL**

### **RESUMEN**

Este artículo pretende analizar el potencial turístico, los conflictos y la necesidad de planificación del turismo comunitario en la Reserva Marina Extractiva de la Laguna de Jequiá, en el municipio de Jequiá da Praia, Alagoas, buscando el desarrollo local y la mejora de la calidad de vida de la población extractivista. Se trata de un estudio exploratorio, de carácter cualitativo y de sesgo descriptivo. Para su construcción se utilizaron técnicas como las entrevistas en profundidad con representantes de las comunidades extractivas, la observación directa y la investigación documental. Los resultados parciales de esta investigación indican que la Reserva Extractiva tiene recursos con potencial turístico y que la comunidad extractiva está interesada en planificar el Turismo Comunitario. A pesar de los conflictos existentes en el territorio, los extractivistas creen que esta actividad puede contribuir positivamente al desarrollo local.

**Palabras clave:** turismo; unidades de conservación; desarrollo local.

### **INTRODUÇÃO**

O turismo é um fenômeno contemporâneo complexo, capaz de gerar desdobramentos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais no espaço geográfico. Trata-se de um fenômeno em expansão por todas as regiões do mundo, e vem ganhando visibilidade e relevância devido, principalmente, às suas contribuições para as economias de diversas regiões, fato que pode ser observado nas estatísticas geradas pelos principais órgãos internacionais e nacionais de turismo (IRVING; LIMA; MORAES, 2016).

Além de importante atividade econômica e social no mundo contemporâneo, o turismo é multifacetado e apresenta diversas fases de desenvolvimento. Ele ocorre sincronicamente em diversas escalas e por muitos territórios de forma espontânea ou planejada (RODRIGUES, 1999).

Rodrigues (1997) afirma que o turismo vem se expandindo em áreas tropicais do planeta, principalmente na África e na América Latina, e que o Brasil, país de clima predominantemente tropical, com vasto litoral e rica diversidade natural e cultural, tornou-se alvo potencial para a expansão da atividade turística ao longo de sua zona costeira, sobretudo em sua porção nordeste. Para Becker (1996) a atratividade turística desta região se dá, principalmente, devido às

condições climáticas favoráveis, às formações litorâneas tipicamente tropicais, como lagunas, recifes, restingas e dunas, e às paisagens resultantes dessa combinação de fatores naturais. De acordo com Mamigonian (2009) o potencial turístico e a expansão do setor no litoral nordestino fizeram com que a região fosse, em 2004, a segunda região brasileira que mais recebeu investimentos turísticos, ficando atrás apenas do Sudeste, contribuindo assim para uma maior dinâmica da geografia econômica nordestina.

Diante desse cenário, o setor turístico é considerado um importante seguimento com potencial para promover o desenvolvimento econômico regional por sua grande capacidade para a geração de emprego e renda. Por isso, ganha cada vez mais espaço nas agendas de governos estaduais e municipais, como uma alternativa para a resolução de boa parte dos problemas sociais e econômicos enfrentados por eles.

No entanto, o estímulo ao planejamento e desenvolvimento do setor turístico deve considerar não apenas os seus possíveis impactos econômicos, mas as necessidades locais e o tipo de desenvolvimento que se deseja alcançar, envolvendo no processo grupos sociais vulneráveis e historicamente excluídos e possibilitando assim mudanças significativas nas sociedades. Neste sentido, Ruschmann (2006) ressalta que o planejamento turístico não deve ser realizado considerando apenas os possíveis benefícios econômicos, é preciso que haja a consciência de que o desenvolvimento do turismo deve buscar proporcionar, sobretudo, o bem-estar da nação.

Quando planejado e realizado de forma adequada, respeitando as características dos territórios e os desejos e necessidades das populações residentes, o turismo pode contribuir de forma positiva para municípios e comunidades, pois, como afirma Coriolano (2012, p. 61-70) o turismo deve ser pensado “como uma atividade que promova o desenvolvimento local, mesmo realizando seu objetivo original, para o qual foi planejado, de promover acumulação global”.

São diversos os desafios para planejar e executar a atividade turística, principalmente quando o objetivo é desenvolvê-la em unidades de conservação.

De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as Unidades de Conservação (UC) são áreas que possuem características naturais relevantes em território nacional e águas jurisdicionais, criadas e protegidas pelo poder público com o objetivo de conservação da biodiversidade, promovendo o desenvolvimento do uso sustentável dos recursos naturais, das práticas de educação ambiental, estudos e pesquisas científicas e das atividades de lazer. Essas áreas podem ser divididas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. Nas UC de uso sustentável, deve-se alinhar a conservação do meio natural com o uso sustentável dos seus

recursos, proporcionando o desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida das populações tradicionais, protegendo também o seu patrimônio histórico-cultural e seus modos de vida (BRASIL, 2000).

Entre as categorias que compõem o grupo das UC de uso sustentável estão as Reservas Extrativistas (RESEX), categoria de interesse desta pesquisa. De acordo com o SNUC, entende-se por Reserva Extrativista,

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

Este tipo de área protegida é de domínio público, no entanto, o seu uso é concedido às populações extrativistas tradicionais, devendo ser desapropriadas as áreas particulares que estejam localizadas nos limites da RESEX.

Para Medeiros et al. (2011), as UC podem ser importantes vetores de geração de riqueza, pois sustentam e abrem oportunidades de novos negócios sustentáveis com significativo impacto econômico. Uma das atividades econômicas permitidas em unidades de conservação de uso sustentável é o turismo, desde que realizado de forma planejada. No entanto, são diversos os desafios para a realização do turismo em áreas protegidas. Conforme Meliani (2021), tais desafios estão relacionados às contradições gerais da produção econômica do espaço que são geradas pelas atividades características do turismo. O autor afirma que há uma “conversão do “valor de uso” dos espaços naturais (a conservação ecológica e dos modos tradicionais de vida) em “valor de troca” pela produção de um “espaço-mercadoria”, contradizendo assim a lógica de criação destas áreas.

Outro desafio para a realização do turismo em áreas protegidas que é destacado por Meliani (2021) são os efeitos provocados pelo turismo de massa nos lugares turísticos, que podem impactar de forma direta ou indireta o desenvolvimento da atividade nestas áreas. De acordo com o autor, os principais efeitos provocados por esse tipo de turismo são os seguintes: a) impactos ambientais diretos; b) a turistificação do espaço; c) a gentrificação; d) a banalização da identidade do lugar; e) a dependência econômica; f) a precarização e desvalorização do trabalho turístico; g) a obsolescência dos destinos turísticos e; h) o esvaziamento do sentido original do turismo sustentável.

Para superar desafios e planejar o turismo em UC é necessário que ele esteja alinhado às demais atividades existentes nestes territórios, pois, quando baseado nos princípios da sustentabilidade, o turismo pode reforçar os valores ambientais, culturais e econômicos,

promovendo assim o desenvolvimento dos povos e comunidades residentes no interior ou no entorno destas áreas. Neste sentido, devido às características destes territórios, o Turismo de Base Comunitária (TBC) se mostra uma alternativa de atividade econômica viável para ser incentivada e planejada em áreas protegidas.

Este modelo emerge em contraposição ao turismo de massa, convencional, que contribui para a intensificação das desigualdades sociais, pois tem como interesse a exploração de indivíduos e lugares de modo a satisfazer unicamente às necessidades do capital. O TBC fortalece e se alinha a outras atividades econômicas já realizadas nos territórios, como a agricultura, a pesca e o artesanato. Promove a geração de trabalho, prioriza pequenos empreendimentos, contribui para a dinamização do capital local e possibilita a participação de toda comunidade na atividade turística (CORIOLANO e VASCONCELOS, 2013). No Brasil, desde a década de 1990, iniciativas de TBC vêm sendo desenvolvidas enquanto ferramentas políticas e culturais diante das tendências hegemônicas do turismo de massa característico do sul global (MORAES et al. 2020).

Em dezembro de 2011, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) promoveu o I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas com o intuito de compartilhar informações sobre experiências concretas e positivas de turismo realizadas por povos e comunidades em UC Federais, bem como construir as diretrizes institucionais para a implantação de projetos sobre a temática. Como resultado desta iniciativa, em 2016 foi criado o documento oficial “Turismo de Base Comunitária (TBC) em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes”. Nele, entende-se por TBC,

um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (BRASIL, 2018).

Além de definir o TBC no contexto de uma UC, o documento também traz sete diretrizes para a participação social e organização comunitária, dentre elas, destaca-se a primeira, que diz que para a construção de projetos e o planejamento do TBC em UC, é necessário que esse interesse se manifeste de forma primária pela própria comunidade que ali vive e dela depende (BRASIL, 2018).

Diante do exposto e compreendendo o TBC como uma forma de uso econômico sustentável do território e dos recursos naturais e culturais em unidades de conservação, levantamos as seguintes questões: Quais são as potencialidades em torno do planejamento do TBC em Unidades de Conservação de uso sustentável? Quais as perspectivas de o TBC ser um

vetor de desenvolvimento social e econômico e de melhoria na qualidade de vida das populações tradicionais?

A partir das questões apresentadas, este artigo pretende analisar as potencialidades turísticas, os conflitos e a necessidade de planejamento do Turismo de Base Comunitária na Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no município de Jequiá da Praia (AL), cujo objetivo é o desenvolvimento local e a melhoria na qualidade de vida da sua população extrativista.

Vale ressaltar que este trabalho é resultado parcial de pesquisa em nível de mestrado que empreende a análise do planejamento do turismo em Jequiá da Praia (AL) e as suas possíveis contribuições para o desenvolvimento local. A referida pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL e conta com as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo. Aqui, neste artigo, apresentamos parte dos resultados da pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2022.

A atividade turística em Jequiá da Praia vem sendo planejada para se tornar uma das principais atividades econômicas do município. Essa atividade tem se apropriado do território no entorno da RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá. No entanto, ainda são incipientes as pesquisas, principalmente com abordagem da geografia, sobre o fenômeno turístico nessa região (Região Turística Rios, Mares e Lagoas do Sul).

Desse modo, do ponto de vista científico, este estudo visa contribuir para o debate acadêmico a respeito da viabilidade do planejamento do turismo em áreas protegidas. Do ponto de vista social, pode dar suporte para o desenvolvimento de políticas públicas cujo objetivo seja o incentivo ao TBC na referida UC de Jequiá e outras UC presentes no Estado de Alagoas, como possível promotor de desenvolvimento local.

## **METODOLOGIA**

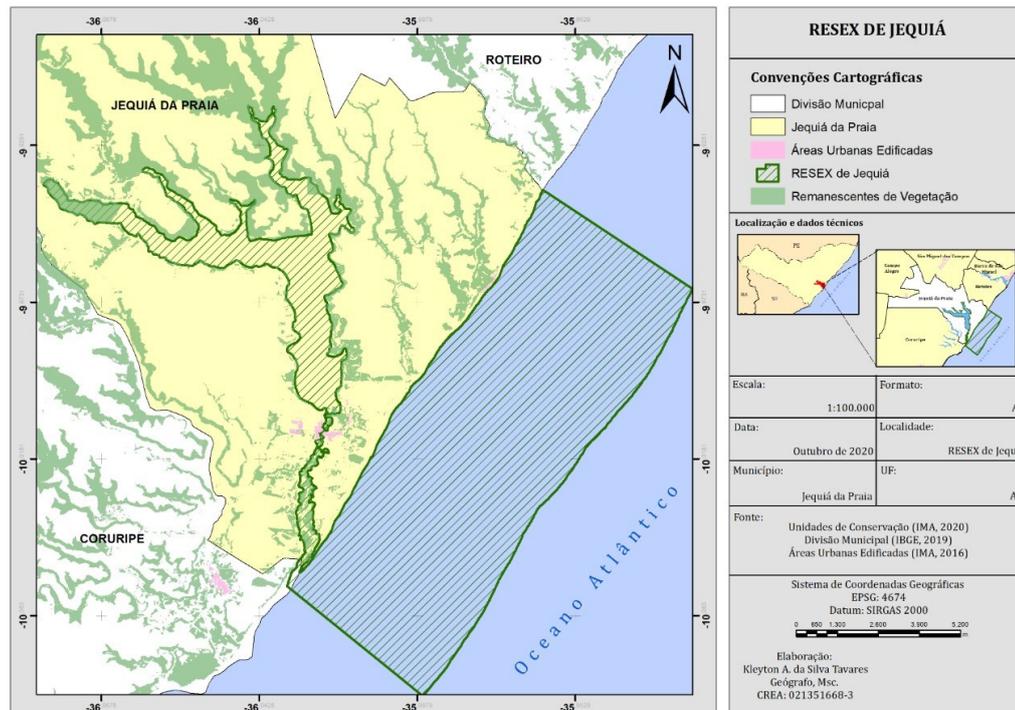
### ***Caracterização da área de estudo***

Atualmente, o estado de Alagoas possui em seu território 51 unidades de conservação, sendo 45 de responsabilidade estadual e municipal e seis federais, protegendo a biodiversidade dos biomas Caatinga e Marinho Costeiro (OLIVEIRA; AMORIM; LEMOS, 2014). Dentre as UC federais de uso sustentável encontra-se a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, localizada no município de Jequiá da Praia (AL).

O município de Jequiá da Praia, distante de Maceió cerca de 68 km, localiza-se no litoral sul de Alagoas e faz parte da Mesorregião do Leste Alagoano, da Microrregião São Miguel dos Campos e da Região Turística Rios, Mares e Lagoas do Sul. De acordo com dados do IBGE (2010), o município possui área total de 334,265 km<sup>2</sup> e conta com população de 12.029 habitantes, sendo que a maior parte, 9.150, reside na zona rural e apenas 2.879 na zona urbana. A posição geográfica de Jequiá da Praia tem as seguintes coordenadas: latitude (S) 10° 00' 51", longitude (W) 36° 01' 47" e altitude de 16 metros acima do nível do mar.

A Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá (Figura 1), área objeto de análise da presente pesquisa, foi criada por decreto federal em 27 de setembro de 2001, objetivando assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, bem como proteger os meios de vida e a cultura da população tradicional extrativista. Ela abrange uma área de aproximadamente 10.203,90 ha, sendo composta pela Lagoa do Jequiá, por uma porção do oceano Atlântico, se estendendo pela linha da costa entre os rios Jequiá e Taboado e por parte do rio Jequiá, incluindo toda a área de manguezal (BRASIL, 2001).

Figura 1 – Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, Alagoas, Brasil – Delimitação da área – 2020.



Fonte: TAVARES, K. A. S. (2020).

A RESEX é gerida por um Conselho Deliberativo, sob a presidência do ICMBio, que se responsabiliza por sua administração. O Conselho é constituído por representantes da população tradicional, de órgãos públicos e das organizações da sociedade civil.

De acordo com a Portaria nº 78, de 18 de julho de 2014, são considerados extrativistas e beneficiários da RESEX aqueles que:

- I – São nascidos nas comunidades do entorno imediato da Unidade de Conservação ou casados com pessoas naturais dessa área, e que moram nas comunidades;
- II – Moradores das comunidades do entorno imediato da RESEX que tem como principal atividade produtiva a pesca artesanal ou ocupações vinculadas aos subprodutos da pesca; e
- III – Moradores das comunidades do entorno imediato da Unidade de Conservação que visam à conservação e dependem dos recursos naturais da RESEX para manutenção do seu modo de vida tradicional (BRASIL, 2014).

A população tradicional extrativista se encontra distribuída por 13 povoados localizados majoritariamente no entorno lagunar<sup>1</sup>. São 2.700 famílias que encontram na pesca de peixes e crustáceos a sua principal fonte de renda (OLIVEIRA; AMORIM; LEMOS, 2014).

O plano de manejo da RESEX está em fase de elaboração pela equipe de gestão do ICMBio responsável pela área. O plano de manejo será importante para identificar e definir os locais apropriados para o desenvolvimento da atividade turística e qual o tipo de turismo que melhor se adequa à realidade da UC sem infringir a legislação ambiental.

### ***Métodos e etapas da pesquisa***

A presente pesquisa, quanto aos seus objetivos, é de caráter exploratório e viés descritivo. Exploratória porque, conforme Gil (1999), esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar uma aproximação com o campo de estudo, sendo adequada quando um tema ainda foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais, buscando construir uma visão geral sobre determinados fatos. A pesquisa também é descritiva pois, conforme Best (1972 *apud* MARCONI e LAKATOS, 2002, p. 20) “a pesquisa descritiva delinea o que é, aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente”.

Quanto à natureza da pesquisa, sua abordagem é qualitativa, pois conforme Menga (1986 *apud* MARCONI e LAKATOS, 2004, p. 271), “o estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Para a construção da pesquisa, os procedimentos utilizados foram realizados durante as seguintes etapas:

---

<sup>1</sup> Os povoados mencionados são os seguintes: Alagoinhas, Algodoeiro, Barra de Jequiá, Centro, Duas Barras, França, Grito, Lagoa Azeda, Mutuca, Paturais, Ponta D'água, Ponta de Pedra e Roçadinho.

**Etapa 1:** Foi realizada a revisão bibliográfica, que contribuiu para o embasamento teórico conceitual sobre a relação entre turismo de base comunitária, unidades de conservação e desenvolvimento local. Nesta etapa também foi realizada a pesquisa documental nas bases do Governo Federal, Ministério do Turismo, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria Municipal de Turismo e ICMbio, a partir da qual foi possível levantar e sistematizar informações sobre Unidades de Conservação e turismo no Brasil e em Alagoas.

**Etapa 2:** Foram utilizadas técnicas de coleta de dados como observação direta e a entrevista em profundidade realizada de forma semiestruturada. As entrevistas foram realizadas com três lideranças da população extrativista, pois compreende-se que o protagonismo e as organizações sociais das comunidades são elementos centrais para as discussões sobre as possíveis ações do TBC na RESEX. Além disso, defende-se que estes possuem conhecimento e percepções pertinentes ao contexto da área estudada. Para tanto, foi elaborado um roteiro com cinco eixos temáticos norteadores para a realização das entrevistas, conforme apresentado no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Roteiro de entrevista.

<b>Eixos temáticos</b>	
Eixo 1	Contexto histórico do território extrativista.
Eixo 2	Aspectos ambientais e culturais.
Eixo 3	Aspectos socioeconômicos e políticos.
Eixo 4	Aspectos atuais do turismo na RESEX e no seu entorno.
Eixo 5	Perspectivas e potencialidade do TBC na RESEX.

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Ressalte-se que os interlocutores participantes das entrevistas em profundidade autorizaram sua realização, bem como a divulgação de trechos de suas falas nos resultados desta pesquisa.

As entrevistas presenciais e as observações ocorreram entre os meses de março e abril de 2022, período em que o estado de Alagoas se encontrava na fase verde da pandemia. No entanto, todas as recomendações sanitárias para a prevenção da disseminação da Covid-19 foram seguidas.

**Etapa 3:** Para interpretação dos dados obtidos, optou-se pela análise de conteúdo daquilo que, para Bardin (1977, p. 30), é um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações [...]”. Tais técnicas permitem ao pesquisador extrair informações por trás da mensagem analisada, possibilitando a formulação de questões problematizadoras pertinentes à pesquisa. Conforme Martins e Theóphilo (2007, p. 97), “a análise de conteúdo se preocupa com o contexto em que a palavra é usada”. Esta escolha se deu por ser coerente com o problema da pesquisa e os objetivos a eles relacionados. A utilização desta técnica auxiliou a identificação de três temas

relevantes para o contexto apresentado, e foram organizados em três eixos analíticos: a) conflitos existentes entre os atores sociais do RESEX; b) potencial turístico da área protegida e do seu entorno; e b) planejamento turístico participativo na RESEX.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### ***O turismo em Jequiá da Praia e a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá***

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos nesta pesquisa, é importante inicialmente destacar-se a relevância turística do município de Jequiá da Praia – AL no contexto da Região Turística Lagoas, Mares e Rios do Sul<sup>2</sup>.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas, vigente de 2013 a 2023, apresenta a chamada Região Turística Lagoas e Mares do Sul com grande potencial turístico devido ao seu relevante e diversificado contexto histórico, cultural e ambiental, procurado principalmente por visitantes e turistas locais, regionais e nacionais, e ocasionalmente internacionais. No contexto histórico-cultural, a região se destaca pela diversidade de manifestações populares, artesanato, patrimônio artístico e arquitetônico, além de importância histórica proporcionada pela ocupação portuguesa e holandesa, dentre outros eventos que marcaram a história alagoana e brasileira.

Do ponto de vista dos recursos e atrativos naturais, fazem parte do território praias com significativo apelo paisagístico, algumas das principais lagunas do estado, manguezais, estuários, rios, falésias e uma significativa quantidade de Unidades de Conservação, o que também proporciona a essa região alguns dos cenários naturais mais preservados do estado. Devido a todas essas características, o plano ainda indica as segmentações turísticas de maior relevância nos territórios da região, tais como: turismo de sol e praia, histórico, cultural, ecoturismo, turismo de aventura, náutico e social (ALAGOAS, 2013).

O município de Jequiá da Praia é o mais recente dos 102 municípios alagoanos. Sua emancipação ocorreu em 1995. Ele é um dos onze municípios alagoanos que compõem a Região Turística Lagoas, Mares e Rios do Sul, segundo o Mapa do Turismo Brasileiro, atualizado anualmente pelo Ministério do Turismo. Este Mapa é uma das estratégias para a

---

<sup>2</sup> De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas (ALAGOAS, 2013), esta região turística, até então denominada de Lagoas e Mares do Sul, é composta pelos municípios de Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Pilar, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, Roteiro, Jequiá da Praia, Coruripe e Feliz Deserto. No entanto, desde março de 2022, com a atualização no Novo Mapa do Turismo Brasileiro, a região recebe este novo nome, e passa a contar com outros dois municípios: Penedo e Piaçabuçu, totalizando assim 11 municípios.

implementação do Programa de Regionalização do Turismo no âmbito federal, e tem como objetivo orientar as ações do Sistema Nacional do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas nos territórios identificados de modo regionalizado e descentralizado (BRASIL, 2021). A participação de Jequiá da Praia neste mapa ocorre desde 2013, mostrando assim a sua vocação turística e o colocando como apto a receber recursos e ser beneficiado diretamente com ações para o desenvolvimento da atividade turística em seu território.

No entanto, desde a sua identificação como município turístico, Jequiá da Praia é classificado na categoria D, o que indica que o desempenho da economia do turismo no município ainda é incipiente, mostrando, desta forma, que apesar do grande potencial turístico que apresenta, ainda não há um turismo consolidado, estando assim na sua fase inicial de desenvolvimento<sup>3</sup>.

A exploração dos recursos naturais pela atividade de turismo e lazer vem sendo incentivada pelos seguintes fatores: construção da rodovia AL 101 Sul, que facilitou o acesso tanto da população alagoana quanto de pessoas provenientes de outros estados; construção de empreendimento turístico considerado de grande porte, composto por pousada, restaurante e espaços de lazer; e, posteriormente, a criação da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, o que tem contribuído com a preservação dos recursos e paisagens naturais, sendo considerada a principal responsável pelo potencial turístico do município.

No próximo item, será abordada a percepção dos extrativistas a respeito dos conflitos, das potencialidades turísticas e do possível planejamento do TBC na reserva, visando o desenvolvimento local e a melhoria na qualidade de vida da população extrativista.

### ***Conflitos, potencial turístico e o planejamento do TBC na Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá***

A partir dos dados coletados com representantes da RESEX, foi possível compreender o contexto e as perspectivas dos extrativistas em relação ao território, aos conflitos e às atividades desenvolvidas na reserva e em seu entorno imediato. Foram entrevistados três

---

<sup>3</sup> A categorização dos municípios turísticos trata-se de um instrumento que identifica o nível de desempenho da economia do turismo nos municípios que fazem parte do Mapa do Turismo Brasileiro, com o objetivo de contribuir com a elaboração e a implementação de políticas públicas necessária para cada perfil específico de categoria. São cinco categorias existentes: A, B, C, D e E. O agrupamento dos municípios em cada categoria é realizado mediante o resultado obtido através de uma metodologia de análise que utiliza variáveis relacionadas à economia do turismo, como: número de estabelecimentos de hospedagens e empregos gerados nestes estabelecimentos, média de visitantes domésticos e internacionais e a arrecadação de impostos federais provenientes dos meios de hospedagens do município (BRASIL, 2021).

extrativistas, sendo: uma liderança comunitária integrante da Colônia de Pescadores, vice-presidente da Associação de Barqueiros de Jequiá da Praia (Asbarque) e conselheiro no Conselho Deliberativo da RESEX; uma integrante da Associação de Mulheres em Ação de Jequiá da Praia (AMAJ) e um extrativista ligado ao ecoturismo e turismo de experiência na RESEX e no seu entorno imediato.

A criação da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, efetivada por Decreto Federal em 27 de setembro de 2001, se deu a partir da solicitação das comunidades tradicionais dependentes dos recursos naturais encontrados neste território, com o intuito de proteger a prática da pesca artesanal, o meio ambiente e seus modos de vida. É importante frisar que, como mencionado anteriormente, o território da RESEX é exclusivamente aquático, no entanto, o seu entorno imediato foi considerado neste trabalho, pois é nele que a população extrativista reside, além de ser área que pode interferir diretamente na manutenção e equilíbrio ambiental da reserva. Vale ressaltar que a população extrativista representa quase a totalidade da população jequiaense, distribuída pelos povoados localizados às margens da laguna, do canal e do mar.

A respeito da questão ambiental, o crescimento urbano de Jequiá da Praia tem exercido pressão em partes do território da RESEX. Na comunidade Centro, por exemplo, localizada no perímetro urbano de Jequiá, às margens da laguna e do rio Jequiá, as construções habitacionais irregulares, a falta de saneamento básico e o descarte incorreto dos resíduos sólidos contribuem para a poluição da RESEX. Nas áreas rurais, a reserva também sofre com problemas ambientais em decorrência principalmente da falta de saneamento básico e o descarte incorreto de resíduos provenientes da atividade pesqueira, o que causa mau cheiro e poluição visual em algumas áreas nas quais ocorre, por exemplo, a pesca do siri. Nos diálogos com representantes da população extrativista, percebeu-se que é esperado das autoridades municipais um compromisso para a melhoria da infraestrutura dos povoados. Eles também reivindicam iniciativas de educação ambiental nas comunidades, uma vez que muitos extrativistas ainda não possuem consciência ambiental e acabam contribuindo para a poluição da área protegida.

A própria Associação de Mulheres em Ação de Jequiá nasce com a intenção de realizar e promover práticas sustentáveis utilizando materiais como a casca do siri, descartadas às margens da lagoa, para a criação de peças de artesanato e fertilizante orgânico (Figuras 2a e 2b). A Associação dos Barqueiros realiza a cada quinze dias um mutirão de limpeza nas áreas do rio Jequiá, do manguezal e da praia onde realizam os passeios de barco. No entanto, todos esperam que essas iniciativas sejam mais divulgadas e que tenham suporte do poder público para serem mantidas e ampliadas.

**Figura 2 – Jequiá da Praia (AL) – Trabalho realizado pela Associação de Mulheres em Ação de Jequiá – 2022.**



Fonte: Acervo da pesquisa.

A pesca ainda é a principal atividade econômica praticada na RESEX. Grande parte da população extrativista tem a pesca como principal fonte de renda, realizando outras atividades de forma complementar, como a agricultura de subsistência e recentemente o turismo. As principais pescas realizadas no território da reserva são as de peixe, siri e camarão, com destaque para o peixe Carapeba, considerado um símbolo da laguna de Jequiá. O pescado é comercializado localmente e nas feiras dos municípios vizinhos, além de servir para a subsistência de muitas famílias extrativistas.

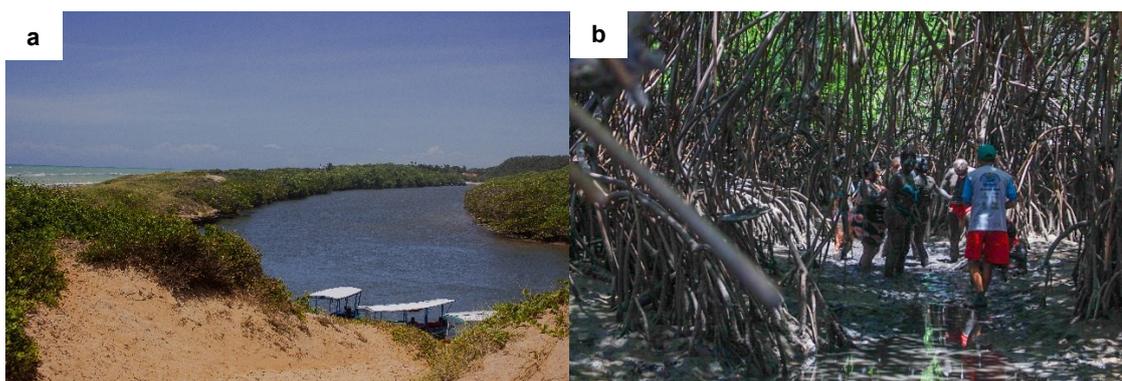
A pesca tradicional é a única permitida legalmente na RESEX, no entanto, os entrevistados relataram que ao longo da história da reserva vários conflitos em torno da pesca foram gerados. Eles relatam que mesmo a reserva tendo sido criada por solicitação da própria comunidade, alguns pescadores tiveram dificuldades para seguir as novas regras de uso da área, agora legalmente protegida, insistindo em práticas de pesca predatória que trazem riscos à biodiversidade local e ocasionam a redução de peixes como o Carapeba. Eles consideram que a fiscalização e ações de conscientização realizadas pelo ICMBio ainda não são suficientes para inibir tais práticas. Ressalte-se que, por muito tempo, a inserção do ICMBio na região foi conflituosa, opondo o órgão gestor e extrativistas que viam o órgão apenas como um agente fiscalizador e punitivo. Atualmente, o conselho deliberativo da RESEX está no processo de elaboração do Plano de Manejo, documento que irá orientar a ordenação do território e delimitar os usos e práticas possíveis na área. Todos os entrevistados participaram das reuniões de elaboração do plano e dizem esperar que ele contribua para o fortalecimento da pesca e de novas possibilidades de geração de renda para as populações extrativistas, a exemplo do turismo.

Nos últimos anos, uma pequena parcela de extrativistas tem iniciado o envolvimento com a atividade turística. São pescadores que viram no turismo uma possibilidade para complementar sua renda, alguns inclusive passaram a se dedicar exclusivamente a essa nova atividade. A Asbarque reúne atualmente 23 extrativistas que trabalham na realização de passeios

turísticos de barco, exclusivamente no povoado Duas Barras (Figuras 3a e 3b). Todos os associados passaram por treinamentos e cursos e receberam orientações do ICMBio para a realização da atividade. Sobre os passeios oferecidos pelos barqueiros, nos dizeres do representante da associação,

*[...] subimos a margem do rio, mais à frente o turista conhece as pequenas dunas, fazemos uma foto de cima pegando rio e praia. Depois a gente continua o passeio, mais a frente tem a parada para banho e conhecer os manguezais, falar sobre os manguezais, tipo de caranguejo, o banho de argila que o pessoal gosta. Esse é o passeio que nós temos.* (informação verbal)<sup>4</sup>

Figura 3 – Jequiá da Praia (AL) – Pontos de parada do passeio realizado pelos extrativistas associados à Asbarque no Povoado de Duas Barras - 2022



Fonte: Acervo da pesquisa.

Ressalte-se que é nesta porção da RESEX que a atividade turística ocorre, principalmente pelo apelo turístico que os seus recursos naturais e paisagísticos oferecem para quem procura o turismo de sol e praia. Por tudo isso, é no povoado Duas Barras que ocorre a maior concentração da oferta turística do município, com restaurantes, pousadas, casas para aluguel de temporada e um grande empreendimento turístico de *day use*, responsável por atrair grande parte dos turistas e visitantes que chegam a Jequiá da Praia. Porém, o tipo de turismo que este empreendimento estimula e vem realizando não absorve quantidade significativa de trabalhadores locais, principalmente no que se refere aos extrativistas, apesar de estar localizado no entorno imediato da RESEX e usufruir dos recursos naturais para a realização das atividades.

Em entrevistas com os representantes comunitários, mencionou-se que a relação entre extrativistas e o grande empreendimento sempre foi conflituosa, tanto do ponto de vista ambiental quanto da disputa pelo território e da própria dinâmica da atividade turística. Eles relatam que, devido ao fato de o empreendimento ter sido construído antes da criação da reserva,

<sup>4</sup> Todas as informações verbais aqui citadas foram retiradas das entrevistas concedidas à autora para a pesquisa.

houve uma tentativa de coibir o uso e a circulação da própria comunidade extrativista na porção onde o empreendimento se localiza. Após várias negociações, tendo como mediadores o ICMBio, o Poder Público e respaldo de base jurídica legal, manteve-se a garantia do uso e circulação da comunidade nesta porção.

Além disso, a própria existência do empreendimento é questionada pela população extrativista, uma vez que ele se encontra em uma área sensível para a manutenção da biodiversidade da RESEX. Outro ponto mencionado, é o incômodo sentido pela população em ter a identidade do seu território ofuscada pelo empreendimento. Um dos entrevistados afirma que:

*[...] as pessoas vêm pra Jequiá para usufruir das belezas naturais da nossa reserva, mas muitos nem sabem que estão dentro de uma. Primeiro porque uma parte dos turistas que chegam até aqui vão direto pra lá e passam o dia todo dentro do empreendimento sem ter contato com a comunidade. Segundo porque o que se divulga não é a reserva extrativista marinha e sim o nome do empreendimento. Muitos nem sabem que o nome do município é Jequiá da Praia, só conhece aqui pelo nome deles lá. E isso é ruim, porque eles não divulgam o nosso trabalho, não fala sobre a comunidade. Já tem gente certa lá dentro que faz tudo. (informação verbal).*

Percebe-se com estes relatos que a população extrativista não apenas deseja ter o apoio para a realização da atividade turística em seu território, eles almejam protagonismo e reconhecimento cultural e de seu território.

Alguns extrativistas não associados à Asbarque estão criando uma outra associação que, além de oferecer o passeio no povoado Duas Barras, também realizam passeios na laguna do Jequiá. No entanto, a Asbarque vê a possibilidade de ser criada uma única associação que possa contemplar os barqueiros de todas as áreas da RESEX. Nos dizeres do seu representante, algumas discussões foram realizadas no sentido de criar uma

*[...] associação mãe, para todas as associações se unirem e formar uma só. Aqui (Asbarque) hoje são 23 embarcações, na área lagunar pode ter vinte, trinta, quarenta barcos. Tanto eles (os turistas e visitantes) podem pegar um passeio de lá pra cá (povoado Duas Barras), quanto sair daqui pra fazer o passeio até a laguna. Isso dá dezesseis quilômetros. Seria um novo roteiro, mas pra isso o ICMBio e a prefeitura têm que chegar junto pra ajudar. (informação verbal)*

O representante da Asbarque relata que os extrativistas associados passam todo o período da alta estação dedicados ao trabalho exclusivo com os passeios de barco, retornando parcialmente à atividade pesqueira apenas nos períodos de baixa estação no turismo. No entanto, quando houve a interrupção da atividade turística durante parte dos anos de 2020 e 2021, devido à pandemia da Covid-19, praticamente todos os associados retornaram integralmente à atividade pesqueira para manter a renda e sustento de suas famílias. Nesse período, o movimento de intensificação ou retorno à pesca foi realizado não apenas por quem trabalha com o turismo, mas também por aqueles que perderam seus empregos ou tiveram dificuldades

para desenvolver outras atividades durante a fase mais crítica do isolamento social, já que não houve impedimentos legais para a realização da pesca na região.

Porém, foi no período em que houve a flexibilização do distanciamento social e a retomada gradativa do turismo que um dos entrevistados teve uma iniciativa voltada para o ecoturismo e turismo de experiência na RESEX e no seu entorno imediato. Ele atua no povoado Ponta de Pedra, às margens da laguna, e próximo a outros rios da região. Em seu roteiro, os visitantes se conectam à natureza, aprendem sobre o modo de vida extrativista e desfrutam da culinária local (Figura 4). Toda a operacionalização do roteiro é realizada por ele e sua família e conta com o envolvimento de outros extrativistas da comunidade. De acordo com o entrevistado, desde quando começou a realizar esse roteiro, ele recebe semanalmente pequenos grupos que chegam até ele de forma direta ou por intermédio de alguma agência de ecoturismo parceira. Ele relata que o bom andamento da sua iniciativa tem despertado o interesse de outros extrativistas, que passaram a perceber a atividade turística como algo positivo, tanto para a valorização e divulgação da RESEX, como também como fonte de renda para as comunidades. Além disso, ele vê a iniciativa como uma alternativa ao turismo convencional praticado no povoado Duas Barras, que não agrega a população extrativista e nem contribui para a manutenção ambiental e cultural da reserva.

**Figura 4 – Jequiá da Praia (AL) – Passeio ecológico realizado por extrativista da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá - 2022**



Fonte: Acervo da pesquisa.

Em relação aos aspectos culturais, destaca-se na reserva o próprio modo de vida tradicional e a sua forte relação com o ambiente natural, principalmente no que se refere à pesca artesanal, com elementos marcantes, realizada de forma peculiar pelos extrativistas da região,

como é o caso da pesca de Caiçara e a pesca de covo. Nos dizeres de um dos entrevistados, na pesca de Caiçara “*os pescadores tiram alguns galhos das árvores, colocam dentro da lagoa e aquilo se torna uma isca. Quando decompõe atrai o peixe, nesse caso o Carapeba*” (informação verbal). Na pesca do covo “*eles utilizam armadilhas (o covo), feitas com a palha da palmeira e colocam iscas dentro dela, como o coco e macaxeira, pra atrair o camarão. Eles colocam na margem da lagoa num dia pra no outro dia tirar.*” (informação verbal).

Os entrevistados também relataram algumas manifestações e festas populares que outrora já foram muito fortes nas comunidades tradicionais, a exemplo de grupos de baianas, da corrida de canoa à vela realizada na lagoa de Jequiá e alguns festivais de peixes. Porém, eles afirmam que atualmente as únicas festas populares que ainda ocorrem nas comunidades são as religiosas, feitas para os santos e santas padroeiras dos povoados. A maior delas ocorre em comemoração à São Sebastião, santo padroeiro de Jequiá, percorrendo em procissão todos os povoados da região.

Em 2019, o ICMBio, órgão gestor da RESEX de Jequiá, apresentou à comunidade extrativista uma proposta de criação de cativeiro permanente de peixes-boi na reserva, à exemplo do que acontece na APA Costa dos Corais no município de Porto de Pedras – AL, com o objetivo de desenvolver o turismo de observação na UC.

De acordo com o órgão, a RESEX é um ambiente com características ambientais favoráveis para a presença destes animais, inclusive alguns já circulam na reserva de forma independente, o que mostra o grande potencial para a instalação de um cativeiro permanente, local criado para acolher o peixe-boi que não consegue mais se adaptar ao meio natural de forma livre. Ressaltou-se que esta seria uma proposta de atividade a envolver exclusivamente os beneficiários da RESEX, com a intenção de transformá-la em fonte de renda secundária para a população extrativista. No entanto, a proposta não foi bem recebida por uma parcela dos extrativistas, pois, de acordo com os entrevistados, há receio em relação ao aumento da fiscalização na área devido à presença desse novo animal no ambiente.

Além disso também há, nos dizeres de um dos entrevistados, uma falta de conhecimento sobre o animal, pois alguns acreditam que o peixe-boi pode de algum modo prejudicar a pesca e até mesmo causar um ambiente de medo nas pessoas da comunidade que não são familiarizadas com esse tipo de animal. Para os nossos interlocutores, e alguns extrativistas que já atuam na atividade turística, essa iniciativa promoveria um maior envolvimento da comunidade com o turismo e ajudaria na geração de renda para as famílias. Porém, até o momento da nossa entrevista, eles afirmaram que desde o início da pandemia da Covid-19 esse

assunto não entra em pauta nas reuniões do conselho deliberativo da RESEX, gerando expectativa na comunidade.

Os entrevistados acreditam que o turismo é algo positivo não só para a população extrativista, mas para todo o município. Eles esperam que tanto o ICMBio quanto o governo municipal priorizem o planejamento e desenvolvimento da atividade turística, porém, desejam que isso seja realizado com a participação das comunidades ao longo de todo o processo. Nos dizeres de um dos entrevistados, quando perguntado se ele deseja o planejamento e desenvolvimento do turismo na RESEX, ele afirma que *“O turismo é o nosso futuro. Se a prefeitura e o ICMBio ajudar nisso, todo mundo, o povo vai ver que isso só vai nos beneficiar.”* (informação verbal).

Para o território extrativista, as iniciativas de TCB seriam uma possibilidade de gerar trabalho e renda para as comunidades, incentivar a gestão coletiva, contribuir com o turismo municipal e regional, fortalecer e articular atividades existentes, além de resgatar, preservar e valorizar as características sociais e culturais do território. Porém, os desejos das comunidades e a presença de tantos recursos não bastam. É necessário um conjunto articulado de projetos e ações do órgão gestor e de governança para envolver a população extrativista e, com isso ela possa ser de fato beneficiada pela atividade turística em seu próprio território.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com os resultados obtidos até o momento, percebeu-se que no território extrativista analisado, a sociedade tem interesse no planejamento e desenvolvimento do TBC e a expectativa é a de que tal atividade possa vir a contribuir positivamente para o desenvolvimento local.

Dentre as potencialidades existentes no território da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá e do seu entorno imediato, com poder de incentivar o TBC neste território, pode-se citar: a) a beleza paisagista e cênica encontrada na RESEX e no seu entorno imediato; b) as diversas possibilidades de passeios de barco pelo rio Jequiá, pela laguna do Jequiá e no mar; c) as possibilidades de trilhas ecológicas nas áreas de mata no entorno imediato da reserva; d) as técnicas peculiares da pesca artesanal realizadas pela população extrativista; e) a produção de artesanato com elementos característicos do território como a casca descartada do siri, o coco e palhas de palmeiras; f) o próprio modo de vida da população extrativista pesqueira; g) o resgate das manifestações culturais e dos festivais que ocorriam antigamente nos povoados; h) os festejos religiosos para os santos padroeiros de cada povoado; j) culinária local baseada no que é retirado da laguna, dos rios e mar e; l) o fortalecimento das atividades turísticas realizadas

por extrativista da comunidade Barra do Jequiá e Ponta de Pedra. Tais potencialidades convivem de forma conflituosa com empreendimento considerado de grande porte, que tem poder de atração de turistas e concentra as atividades.

Ressalte-se que foi observado nas comunidades extrativistas a precariedade de infraestrutura básica, a baixa participação dos extrativistas na atividade turística, principalmente no empreendimento turístico estabelecido na localidade, a falta de valorização e divulgação da RESEX e sua população tradicional. No entanto, mesmo com alguns entraves, a população extrativista se mostra interessada no planejamento e desenvolvimento do turismo na RESEX, sobretudo o turismo de base comunitária.

O planejamento, o desenvolvimento e a gestão participativa do turismo em unidades de conservação podem proporcionar inclusão social, inserção econômica e ainda contribuir para a conservação do meio ambiente. Contudo, é importante que todo esse processo tenha como base os princípios da sustentabilidade (RAIMUNDO, 2017).

A preservação ecológica e o planejamento do turismo integrado a outras atividades de uma reserva extrativista também dependem da gestão democrática do seu território. Os atores envolvidos na gestão deste território, e principalmente aqueles envolvidos na atividade turística devem pensar no planejamento de um modelo de turismo sustentável, contribuindo assim para a preservação dos recursos naturais e o pleno desenvolvimento da sua população.

Neste sentido, o TBC se mostra um modelo de turismo viável para ser planejado e desenvolvido em áreas como a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, mas cabe ao órgão gestor e ao poder público prover meios para planejar, organizar e dar suporte ao desenvolvimento desta atividade.

## **AGRADECIMENTOS**

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPAL pela bolsa concedida (auxílio financeiro) e ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO vinculado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio pela autorização concedida para a realização de pesquisa científica na Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2013-2023**. Maceió: SEDETUR, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.A et. al (org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.181-192.

BRASIL. Ministério de Estado do Turismo – MTUR. **Portaria N.º 41, de 24 de novembro de 2021**. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro. 24 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes**. Brasília: MMA, 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio. **Portaria N.º 78, de 18 de julho de 2014**. Aprova o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá. 18 jul. 2014.

BRASIL. Decreto de 27 de setembro de 2001. Cria a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no Município de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. 27 set. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/2001/dnn9336.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2001/dnn9336.htm) Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. 18 de jul. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm) Acesso em: 05 mar. 2022.

CORIOLOANO, L. N. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ; A. P.; SEABRA, G. de F.; QUEIROZ, O. T. M. M. (orgs.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61-70.

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 95-111, out. 2013. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3650> Acesso em: 22 mar. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 dez 2021.

IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E. A. Turismo, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa. In: IRVING, M. de A. et al. (orgs.).

**Turismo, natureza e cultura:** diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 16-22.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MAMIGONIAN, A. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. **Geografia Econômica:** Anais de Geografia Econômica e Social, Florianópolis (SC): Impressão do Departamento de Geociência, abril de 2009, p. 49-70.

MEDEIROS, R. et al. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional:** Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MELIANI, P. F. Um olhar geográfico sobre os desafios e as possibilidades do turismo em áreas protegidas. In: SUTIL, T.; LADWIG, N. I.; SILVA, J. G. S. (orgs.). **Turismo em áreas protegidas.** Criciúma: UNESCO, 2021. p. 77-102. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/9041> Acesso em 25 mar. 2022.

MORAES, E. A. de. et al. Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigados no contexto brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 122, p. 145-168. set. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/10761> Acesso em: 22 ago. 2022.

OLIVEIRA, A. N. S.; AMORIM, C. M. F.; LEMOS, R. P. de L. (Org.). **As riquezas das áreas protegidas no território alagoano.** Maceió: IMA/AL, 2014.

RAIMUNDO, S. **Em busca do paraíso:** inclusão social e redução de problemas ambientais nas práticas de lazer e turismo. 2017. Tese (Livre docência em Análise Espacial e Ambiental do Lazer e Turismo) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. Van de M. **Turismo e Planejamento Sustentável:** a proteção do meio ambiente. 13. ed. Campinas: Papirus, 2006.